



Nomes de municípios alagoanos de taxionomias de natureza física: o homem, sua língua e seu hábitat

Pedro Antonio Gomes de Melo

Universidade Estadual de Alagoas, Rua Governador Luís Cavalcante, s/n., 57312-000, Arapiraca, Alagoas, Brasil. E-mail: pedro.melo@uneal.edu.br

RESUMO. O nome dos acidentes humanos caracterizados como municipalidades não está alheio a questões sociais, históricas e culturais dessas unidades político-administrativas e o estudo de suas taxas e motivações semânticas se justifica, pois quando se reconhece suas taxas se compreende os enredos da formação e sedentarização do homem. Nessa perspectiva, objetiva-se apresentar uma descrição e análise linguística e extralinguística do inventário dos 54 designativos municipais de natureza física constitutivos de uma macrotoponímia de Alagoas. Quanto aos pressupostos teórico-metodológicos, trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, de abordagem quali-quantitativa, fundamentada, pelos princípios teóricos da Toponímia tradicional, em especial a proposta de categorização de Dick (1990; 1992; 2006; 2007). Após a análise, identificou-se 9 taxas diferentes no universo das taxionomias de natureza física relacionadas aos nomes de municípios presentes no *corpus* estudado. Dentre elas, as taxas dos fitotopônimos e hidrotopônimos se revelaram as mais produtivas, com registros de 18 ocorrências para cada categoria, de um total de 54 macrotopônimos. Por conseguinte, evidenciou-se, com mais ênfase, como motivação toponímica a valoração da flora e da hidrografia local, por parte do sujeito-nomeador, por meio da escolha de nomes de espécies vegetais e de rios e lagoas que se destacam na paisagem da região em que se localiza o município nomeado, materializando, no léxico toponímico, os vínculos denominativos entre o homem, sua língua e seu habitat.

Palavras-chave: onomástica; toponímia; topônimo; Alagoas.

Names of the municipalities of Alagoas de taxonomies physical nature: human being, his language and his habitat

ABSTRACT. The name of human accidents characterized as municipalities is not alien to social, historical and cultural issues of these political-administrative units and the study of their taxes end semantic motivations is justified, because when recognizing their taxes, one understands the plots of formation and sedentarization of human being. In this perspective, the objective is to present a description and linguistic and extralinguistic analysis of the inventory of the 54 designations of physical nature constituting a macrotoponymy of Alagoas. As for the theoretical-methodological assumptions, this is a bibliographic research, with a quali-quantitative approach, based on the theoretical principles of traditional Toponymy, especially Dick's categorization proposal (1990; 1992; 2006; 2007). After the analysis, 9 different taxes in the universe of taxonomies of physical nature, were identified related to the names of municipalities present in the studied corpus. Among them, the taxa of phytotonyms and hydrotonyms proved to be the most productive, with records of 18 occurrences for each category, out of a total of 54 macrotoponyms. Therefore, the valuation of flora and local hydrography by the subject-nominator was more emphatically evidenced as toponymic motivation, by choosing the names of plant species and rivers and lakes that stand out in the landscape region where the named municipality is located, materializing, in the toponymic lexicon, the denominative links between man, his language and his habitat.

Keywords: onomastic; toponymy; toponym; Alagoas.

Received on March 9, 2021.
Accepted on January 21, 2022.

Introdução

O conjunto dos nomes das municipalidades alagoanas é composto por 102 topônimos oficiais, essa esfera denominativa corresponde à macrotoponímia municipal de Alagoas, em que se considera o nome de município como um macrotopônimo, isto é, um topônimo que singulariza um espaço mais extenso, em

relação a outros menos extensos. Com efeito, o nome atribuído a um município alagoano será um macrotopônimo quando comparado com os microtopônimos que identificam lugarejos, povoados, vilas, distritos, entre outros, que dele fazem parte.

Após o levantamento dos atuais nomes oficiais atribuídos aos 102 municípios de Alagoas, junto ao Banco de Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), detectaram-se 48 macrotopônimos de taxae motivações de natureza antropocultural e 54 macrotopônimos voltados às características de uma realidade ambiental das terras alagoanas, que traduzem aspectos da paisagem externa como a vegetação, a fauna, a hidrografia, o relevo, as formas topográficas, a constituição do solo etc.

No grupo dos 54 nomes de índole física, pela origem semântica desses signos toponímicos, pode-se (re)conhecer de modo transparente (ou em alguns casos de modo opaco, principalmente, em se tratando de nomes de etimologia indígena e/ou africana) características do cenário geográfico alagoano como índice de enlaces entre o homem, sua língua e seu habitat no processo de nomeação e apego à realidade circundante.

Nessa perspectiva, este artigo objetiva apresentar uma descrição e análise de aspectos linguísticos e extralinguísticos, visto que há uma interlocução com a geografia, com a história e com outras ciências humanas, do inventário dos 54 designativos municipais de natureza física de uma macrotoponímia de Alagoas e, conseqüentemente, revelar singularidades de um recorte da toponímia de aglomerados humanos do Brasil.

Quanto à metodologia empregada, trata-se de um estudo toponímico de vertente lexicológica de cunho bibliográfico, de abordagem quali-quantitativa, fundamentada pelos princípios teórico-metodológicos da Toponímia tradicional, em especial a proposta de categorização de Dick (1990; 1992; 2006; 2007) em diálogo com a Linguística geral.

Este artigo está dividido em três seções: a primeira traz o universo da pesquisa, o lócus, pondo em foco uma breve caracterização da geografia física e da formação histórica de Alagoas; a segunda traz a fundamentação teórica que norteou esta investigação, abordando, de forma concisa, alguns conceitos básicos da área da Onomástica e da Toponímia, com base na literatura canônica tanto no cenário nacional quanto internacional; na terceira seção, exibem-se a análise e os resultados obtidos. Ao final do artigo, expõem-se as considerações finais e as referências.

Contextualizando o universo da pesquisa: terras alagoanas

Compreendendo que as pesquisas sobre nomes de lugares buscam, conforme Salazar-Quijada (1985, p. 18),

[...] O estudo integral, em uma dupla dimensão: a do tempo [a memória toponímica] e a do espaço [a função toponímica] dos aspectos: geo-históricos, socioeconômicos e antropolinguísticos que permitiram e permitem que um nome de lugar se origine e subsista¹.

Procurou-se, contextualizar sucintamente o lócus desta incursão toponímica na parte sul da antiga Capitania de Pernambuco (Capitania Nova Lusitânia) no Nordeste do Brasil, atual estado de Alagoas.

O espaço físico alagoano apresenta um panorama natural constituído por diversos contrastes, desde o litoral ao sertão, passando pela zona da mata e agreste que, representado por sua fauna, flora, hidrografia, formas topográficas e constituição do solo, ainda conserva, em alguns casos, aspectos de sua fisionomia primitiva, característicos de suas três mesorregiões e treze microrregiões geográficas.

No caso da descrição da geografia física alagoana, cita-se a seguir, longamente, Carvalho (2016, p. 23-24) que explica que, de modo geral, o espaço territorial de Alagoas se caracteriza

[...] Pela planície litorânea – com os recifes de coral e algas, restingas, mangues, várzeas, dunas, terraços marinhos, estuários, lagunas, além dos tabuleiros que margeiam quase toda a costa. Maceió e as lagunas estão situadas na base desses tabuleiros, na planície costeira. Já no interior, sobre o domínio das rochas cristalinas, a escarpa cristalina oriental é a continuação do planalto da Borborema, representada por serras, como as do vale do Rio Mundaú. Nas proximidades dos Rios Paraíba do Meio, Mundaú e Canhoto, situados no Norte do Estado, a forma mais expressiva do relevo é a denominada Mata de Morro. Já do agreste ao sertão, o pediplano sertanejo, caracterizado por terras aplainadas ou desgastadas, distribuindo-se até o Rio Moxotó.

Nesse particular, é possível dizer que parte dessa geografia está representada em sua toponímia, em especial pelos topônimos de ordem física alusivos às especificidades da paisagem natural alagoana. Esses designativos deixam de ser apenas um locativo de marcação espacial, tornando-se resquícios de vivências e

¹ “[...] Estudio integral, en el espacio y en el tiempo, de los aspectos: geo-históricos, socio-económicos y antropolinguísticos, que permitieron y permiten que un nombre de lugar se origine y subsista”.

avivam marcas de um dado espaço físico. Cumpre ressaltar, ainda, que essas taxes e motivações toponímicas, na verdade, segue uma tendência na toponímia brasileira, em pequena, média ou grande escala. Como atestado nos trabalhos de Dick (1990; 1992).

No espaço brasileiro, Alagoas é um estado territorialmente pequeno que está localizada na porção centro-oriental do Nordeste, situada no leste da região Nordeste e tem como limites Pernambuco (N e NO), Sergipe (S), Bahia (SO) e o Oceano Atlântico (L). Segundo dados do Cidades-IBGE (2021), ocupa uma área de 27.830.661 km² com uma população estimada em 3.365,351 de habitantes. Sua capital é a cidade de Maceió e a sede administrativa é o Palácio República dos Palmares.

Nesse contexto, a evolução político-administrativa do Estado de Alagoas resultou na atual configuração de 102 municípios, distribuídos em três mesorregiões geográficas, denominadas de Mesorregião do Agreste Alagoano, Mesorregião do Leste Alagoano e Mesorregião do Sertão Alagoano, que agrupam em seu conjunto treze microrregiões geográficas.

Os nomes destas municipalidades formam a cadeia toponímica dos macrotopônimos de Alagoas, o que propicia “[...] O desenvolvimento de análises nominais e a consequente fixação de um ‘modelo’ ou ‘padrão de nomes’, válido para a comunidade doadora ou receptora” (Dick, 2007, p. 142, grifos da autora). Essa adoção denominativa singulariza a localidade dos demais lugares, retratando diferentes aspectos, através de traços da geografia natural e humana.

Na toponímia de Alagoas, há topônimo que “[...] Surge de uma necessidade espontânea, porém outros topônimos surgem de atos fundacionais, dados por fundadores, muitas vezes em eventos formais, nos quais podem estar inclusos em documentos oficiais” (Fonseca, 1997, p. 22)². Como exemplo, pode-se citar nomes espontâneos de municípios alagoanos como: Rio Largo/AL, Cacimbinhas/AL; nomes não espontâneos que retomam aos acontecimentos históricos: Batalha/AL, Porto Real do Colégio/AL etc.; e atos fundacionais: União dos Palmares/AL ou às personalidades marcantes da história de Alagoas: Teotônio Vilela/AL, Marechal Deodoro/AL, Delmiro Gouveia/AL etc.

Em sua concepção histórica, nas palavras de Carvalho (2016, p. 22), Alagoas tem sua formação determinada

[...] Por necessidades militares, como a defesa do território contra os estrangeiros, a expulsão dos índios e o combate aos quilombos; e fatores econômicos como a produção do açúcar, exploração das matas e criação do gado. Esta combinação de fatores constitui uma sociedade de base agrária no quadro de uma estrutura social escravocrata e patriarcal, centrada nos engenhos de açúcar e fazendas da pecuária.

Nessa direção, evidencia-se que Alagoas foi colonizada, tendo como a principal atividade: a agricultura canavieira, complementada pela pecuária que era criada em campo aberto e a produção de alimentos. Nesse contexto, a cana-de-açúcar monopolizou o uso do espaço agrícola na zona da mata e o complexo canavieiro foi um dos pilares da formação histórica alagoana.

Dessa forma, além de sustentar a expansão colonizadora, os engenhos de cana-de-açúcar formaram aglomerados humanos que, mais tarde, deram origem a várias cidades alagoanas. Nessa conjectura, muitos dos nomes dos atuais municípios alagoanos se originaram a partir dos nomes dos engenhos irradiadores do processo de povoação da região ao qual, primitivamente, a municipalidade foi edificada, como por exemplo em Engenho Maçayó > Maceió (atual capital de Alagoas), Engenho Pilar > Pilar, Engenho Quitunde > São Luís do Quitunde etc.

No início do século XVIII, mais precisamente em 1706, Alagoas foi elevada à condição de comarca, fato que reconhece tanto o desenvolvimento populacional e econômico, como também a necessidade de uma maior presença da Administração Colonial Lusitânia em seu território.

É no período monárquico (1808-1889) que Alagoas conquista sua autonomia político-administrativa. Sua emancipação aconteceu em 16 de setembro de 1817, quando a comarca foi elevada à condição de capitania por D. João VI, sendo desmembrada da capitania de Pernambuco. Seu primeiro governador foi o tenente coronel Sebastião Francisco de Melo e Póvoas, neto do Marquês de Pombal.

Da onomástica à toponímia: uma relação de inclusão

A Onomástica (do grego antigo ὀνομαστική – ato de nomear) corresponde a uma área da Linguística, mais particularmente das Ciências do Léxico que se ocupa pelo estudo dos sistemas de nomeação e pelos nomes

² “[...] Surge de esta necesidad espontánea. Otros topónimos surgen de actos fundacionales, dados por los fundadores, muchas veces en eventos fundacionales de los cuales incluso pueden quedar documentos”.

próprios em geral, por exemplo nomes de marcas, de estabelecimentos comerciais, de pessoas, de lugares, entre outros (Hough, 2016; Ainiala & Östman, 2017; Amaral & Seide, 2020). Grosso modo, ela pode ser dividida nas subáreas da Toponímia – que possui como eixo central de seus estudos o nome próprio de lugar, topônimo; e da Antroponímia - que possui como eixo central de seus estudos o nome próprio de pessoa, antropônimo.

Pesquisas que se enquadram na área da Onomástica, em particular no campo da Toponímia, nos últimos decênios têm experimentado significativos avanços originados pela sua renovação teórico-metodológica e também pela extensão das suas interconexões entre os conhecimentos, complementando-os, convergindo-os, discordando-os; articulando e integrando, assim, informações que transitam em outros campos de investigação. Com efeito, tais estudos se caracterizam como “[...] Um ramo disciplinar dinâmico e de caráter multi, trans e interdisciplinar que tem como objeto de estudo o léxico toponímico real (não potencial) e seu produto gerado: a palavra com função locativa e suas transformações ao longo do tempo”. (Melo, 2017, p. 48).

Na contemporaneidade, há uma expansão do escopo teórico da Onomástica e, conseqüentemente, das pesquisas toponímicas enquanto ramo dessa ciência maior, que partem do campo geográfico para o linguístico, modificando, portanto, “[...] A relação de causa e efeito porque ‘nome e coisa nomeada’ passam a significar o mesmo dado, do ponto de vista semântico” (Dick, 2007, p. 144, grifo da autora). Neste artigo, as discussões apresentadas se filiam às pesquisas tradicionais na área da toponímia brasileira.

O sistema onomástico compreende as realizações virtuais do sistema lexical disponíveis para o desempenho denominativo dos falantes e é por meio dessas escolhas toponímicas, que as causas denominativas do sujeito-nomeador se manifestam, mediando a relação do lugar referencial com sua representação linguística.

A Toponímia (dos helenismos τόπος, ‘lugar’) tem como unidade de análise “[...] O conjunto de unidades lexicais investidas da função de nome próprio de lugar que podem reunir formas do vocabulário comum, alçadas à categoria de topônimos” (Isquierdo, 2012, p. 116). Embora esteja inserida no campo da Onomástica, ela se configura, também, a partir do suporte de outros campos do saber, tendo o que atualmente se chama um caráter inter-, trans- e/ou multidisciplinar.

Os topônimos se incluem em dois blocos, quais sejam i) no léxico geral, como signos linguísticos que se modificam como os demais lexemas, podendo sofrer todas as influências, mudanças e transformações ocorridas na língua; ii) no léxico específico da ciência onomástica, como signos toponímicos que designam lugares.

Cumprir ressaltar que o topônimo, compreendido neste estudo como um signo linguístico na função denominativa de um município, perde seu caráter arbitrário. Ele é um fato de língua que não apenas identifica, geograficamente, o lugar a que se refere, apontando para ele, exercendo quase uma função dêitica, mas também atribui sentidos, representa e simboliza o lugar. Tendo isso em vista, os signos toponímicos insinuam pistas, sugerem caminhos interpretativos e podem resgatar memórias vivenciadas por gerações presentes e pretéritas.

Sua conversão do acervo lexical para o sistema onomástico depende de “[...] Uma função de uso: a diferenciação de outros lugares ou propriedades por razões de posse da terra, de acesso ou valor simbólico [...]” (Chueca, 2010, p. 9)³ e sua dinâmica “[...] Está correlacionada à própria dinamicidade da realidade social, econômica, política, cultural e ideológica do grupo, característica essa que também se manifesta no vocabulário onomástico-toponímico [...]” (Isquierdo, 2008, p. 51), evidenciando a relação entre o ato de nomear, o sujeito-nomeador, sua língua e o ambiente que o cerca.

A despeito disso, a escolha lexical, no sistema onomástico, não se dá de maneira despropositada, neutra ou aleatória, mas intencional, que ocorre num contexto permeado por uma multiplicidade de sentidos que, por sua vez, fazem parte de um universo sócio-histórico-cultural que deve ser estudado pelo pesquisador-toponimista.

Isso sugere que há “[...] Intenções bem delineadas, mas que se tornam menos claras considerando-se o seu esvaziamento semântico pelo decurso do tempo entre a criação do termo e o seu emprego cronológico” (Dick, 2006, p. 99). Seu produto resultante, o topônimo, apresenta “[...] Força não apenas impositiva, mas identitária porque situa o objeto nomeado no quadro das significações, retirando-o do anonimato” (Dick, 2007, p. 143).

Modelo taxionômico de classificação toponímica de Dick (1990 e desdobramentos) e suas taxes de natureza física

Neste artigo, adotou-se para a análise e classificação do inventário toponímico constituído, a proposta taxionômica idealizada por Dick, no início de 1980 (reformulada pela autora em 1990 e publicada em 1992 e

³ “[...] Una función de uso: la diferenciación con respecto a otros lugares o predios por razones de tenencia de la tierra, acceso o valor simbólico [...]”.

seus desdobramentos). Tal modelo, concentra os nomes de lugares – do ponto de vista do produto gerado como objeto de investigação – a partir de suas causas motivacionais.

Trata-se de um modelar classificatório “[...] Semântico-motivador das ocorrências toponímicas [...]” (Dick, 2006, p. 106), que acomoda 27 *taxes* específicas, sendo 11 *taxes* referentes ao ambiente físico e 16 *taxes* referentes à dimensão antropocultural, para “[...] A realidade designativa da nomenclatura geográfica oficial do país [...]”, dando uma valoração do campo sêmico discutido.

O termo *taxe*, no sentido de taxionomia toponímica no modelo de Dick (1990), corresponde à identificação e à classificação genérica de duas ordens de consequências, quais sejam a física e a antrópica, de forma a permitir a aferição objetiva de causas motivadoras das unidades do léxico toponímico.

Nas palavras da própria autora, as *taxes* são definidas

[...] À maneira dos hiperônimos (termos redutores dos significados compreendidos nas expressões denominativas) ou dos arquilexemas, constituem-se em indicativos ou marcadores semântico-terminológicos; têm a finalidade de, por meio de uma nomenclatura específica (termo genérico motivador, indicativo do campo sêmico determinativo, seguido da expressão topônimo), transmitir os vínculos causais que justificam a criação dos nomes de lugares (Dick, 2007, p. 142).

No grupo das *taxes* de condutas motivadoras de ordem física, o topônimo se reveste de inúmeros elementos que advêm do contexto em que se insere e descreve a geografia física do espaço habitado, particularizando o local por meio de suas características naturais mais salientes.

Na macrotoponímia municipal alagoana, os nomes de municípios de natureza física, geralmente, marcam sua representatividade por meio de aspectos referentes à vegetação, ao relevo, à hidrografia e à fauna de Alagoas.

Como esta pesquisa está circunscrita a este universo, doravante, apresentar-se-á, apenas, o Tabela 1, com as 11 *taxes* do taxionômico de classificação toponímica de Dick (1990) e exemplificadas, quando possível, com nomes de localidades (municípios ou povoados) alagoanos.

Cumprir sinalizar que esse modelo de classificação taxionômico procura responder às necessidades denominativas no mundo onomástico não meramente especulativas, mas abalizadas na realidade etnocultural conhecida ou ainda a conhecer. Atualmente, tal proposta de taxionomia de Dick (1990) e seus desdobramentos ainda tem sido largamente adotada no Brasil.

Tabela 1. *Taxes* de condutas motivadoras de ordem física de Dick (1990).

| Taxe | Definição | Exemplo |
|------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|
| Astrotopônimo | relativo aos corpos celestes em geral. | Estrela de Alagoas/AL |
| Cardinotopônimo | relativo às posições geográficas em geral. | Nortelândia/MT |
| Cromotopônimo | relativo à escala cromática. | Branquinha/AL |
| Dimensiotopônimo | relativo às características dimensionais dos acidentes geográficos. | Alto dos Coelhos/AL |
| Fitotopônimo | relativo à flora em geral de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade ou em conjunto. | Cajueiro/AL |
| Geomorfotopônimo | relativo às formas topográficas, elevações, depressões do terreno e as formas litorâneas. | Barra de São Miguel/AL |
| Hidrotopônimo | relativo ao elemento água e acidentes hidrográficos em geral. | Água Branca/AL |
| Litotopônimo | relativo aos minerais e à constituição do solo. | Barro Vermelho/AL |
| Meteorotopônimo | relativo a fenômenos atmosféricos. | Primavera/AL |
| Morfotopônimo | relativo ao sentido das formas geométricas. | Volta Redonda/RJ |
| Zootopônimo | relativo à fauna geral de índole animal, representado por indivíduos doméstico e não doméstico | Carneiros/AL |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Análise e resultado

Para constituição do *corpus* deste estudo, foi realizada uma pesquisa eletrônica para o levantamento dos 102 nomes oficiais atribuídos municípios alagoanos no site cidades-IBGE, que consta a nomenclatura atual e oficial dos 5.568 municípios brasileiros e outras informações complementares sobre essas municipalidades.

Após a realização desse inventário toponímico, iniciaram-se a descrição, a categorização e a análise dos dados. Para a descrição das acepções semânticas dos macrotopônimos analisados, sobretudo os nomes de origem indígena e africana, foram utilizadas obras especializadas: Tibiriçá (1997); Cunha (1978; 2010) e Mendonça et al. (2012); para categorização toponímica: Dick (1990; 1992) e para nortear a análise dos dados toponímicos: autores filiados aos estudos tradicionais da Toponímias de vertente lexicológica, como Dick (1990; 1992; 2006; 2007); Isquerdo (2008; 2012); Salazar-Quijada (1985), entre outros.

Após a consulta na base eletrônica do IBGE e a categorização toponímica dos 102 nomes oficiais dos atuais municípios de Alagoas foram identificados 48 macrotopônimos de motivações de natureza antropocultural e 54 macrotopônimos de motivações de natureza física.

Neste texto, apresentar-se-á, tão-somente, uma prática analítica e descritiva para o conjunto dos macrotopônimos de categorias de natureza física atribuídos, na sincronia atual, a 54 municípios de Alagoas. Quanto aos nomes de motivações de natureza antropocultural atribuídos aos outros 48 municípios alagoanos, eles não serão analisados nesta pesquisa. Melo (2017), em seu artigo 'Léxico toponímico: nomes de motivações de natureza antropocultural na toponímia de Alagoas', traz um estudo relevante sobre essa temática.

A seguir, apresentar-se-á a Tabela 2 com a totalidade dos 54 nomes dos municípios alagoanos, acompanhados pelo número de ocorrência e a sua categorização toponímica.

Tabela 2. Totalidade dos nomes dos municípios alagoanos de categorias de natureza física.

| Taxe | Macrotopônimo | Qt. Perc. |
|------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Astrotopônimo | Estrela de Alagoas | 1 1.9% |
| Dimensiotopônimo | Campo Grande | 1 1.9% |
| Morfotopônimo | Pão de Açúcar | 1 1.9% |
| Cromotopônimo | Branquinha, Chã Preta | 2 3.7% |
| Geomorfotopônimo | Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Ibateguara. | 3 5.5% |
| Litotopônimo | Inhapi, Maceió, Ouro Branco, Penedo | 4 7.4% |
| Zootopônimo | Carneiros, Jacaré dos Homens, Jundiá, Maribondo, Piranhas, Satuba. | 6 11.1 |
| Fitotopônimo | Arapiraca, Cajueiro, Campestre, Canapi, Coité do Noia, Coqueiro Seco, Craíbas, Flexeiras, Jaramataia, Junqueiro, Limoeiro de Anadia, Mata Grande, Murici, Palmeira dos Índios, Piaçabuçu, Pindoba, Taquarana, Viçosa. | 18 33.3% |
| Hidrotopônimo | Água Branca, Cacimbinhas, Coruripe, Igaci, Jacuípe, Japaratinga, Lagoa da Canoa, Mar Vermelho, Maragogi, Minador do Negrão, Olho d'Água das Flores, Olho d'Água do Casado, Olho d'Água Grande, Paripueira, Poço das Trincheiras, Rio Largo, Tanque d'Arca, Traipu. | 18 33.3% |
| Total | | 54 100% |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Após a análise dos dados, pôde-se atestar que os nomes referentes aos elementos naturais básicos do território alagoano – como fauna, flora, formas topográficas, hidrografia etc. – se mostraram como fatores relevantes nas escolhas dos nomes dos municípios alagoanos. Além disso, os dados revelaram que eles são mais recorrentes na macrotoponímia municipal alagoana (54 nomes, 52, 9%) do que os nomes de motivações de natureza antropocultural (48 nomes, 47,1%).

Essa produtividade segue uma tendência da toponímia brasileira de um modo geral. Dick (1992) explica que tal hábito denominativo ocorre em razão de o sujeito-nomeador buscar a denominação na própria geografia, justificando assim o aparecimento de vocábulos toponímicos básicos que refletem um determinado estrato do ambiente.

As taxes: astrotopônimo, dimensiotopônimo e morfotopônimo, na toponímia alagoana contemporânea, se mostraram pouco produtivas, apresentando um percentual de 1.9% que correspondem ao registro de apenas uma ocorrência em cada categoria toponímica no recorte analisado, a saber:

O nome Estrela de Alagoas que faz uma alusão metafórica (por extensão à concepção de brilho, de destaque/estrela) ao desenvolvimento e progresso que o povoado, primitivamente denominado de Bola, adquiriu em pouco tempo de existência em Alagoas, alçando à categoria de município e alterando seu nome para Estrela de Alagoas.

O nome Campo Grande que faz, por descrição associativa, referência à extensa uma extensa planície onde está situada o município, repleta de campos de grandes proporções, ideal para a pecuária e a agricultura.

O nome Pão de Açúcar que faz uma alusão, por descrição associativa, à forma geométrica da fôrma em que se punha o mel de cana-de-açúcar para cristalizar e formar o pão de açúcar, na época do período colonial, nos engenhos de açúcar (Figura 1) e a sua semelhança com o principal acidente geográfico (morro Cavalete) da região, localizado às margens do Rio São Francisco, em Alagoas (Figura 2).

É interessante pontuar que a escolha do nome Pão de Açúcar (em razão da aparência do acidente geográfico) traduz, em seu conteúdo, um artefato que fez parte de um dos pilares da base da economia alagoana no início de sua formação histórica: os engenhos de açúcar.

Os cromotopônimos, nomes relativos à escala cromática, se revelaram de pouca produtividade na macrotoponímia investigada, com o registro de duas ocorrências: Branquinha e Chã Preta. No caso do nome Branquinha, há uma acepção cromática metafórica de 'límpida', presume-se que a motivação desse topônimo se deva às condições das águas claras e sem poluição do Rio Mundaú que margeia o município, na época da formação desse aglomerado humano; já no caso do nome Chã Preta, sua motivação seria em razão das queimadas da vegetação da chã localizada na região onde o município está alocado. Contam os populares que após as queimadas a chã ficava preta, resultado das queimadas de sua vegetação para atividade agrícola.



Figura 1. Fôrmas de pão-de-açúcar em casa de purgar (Disponível em https://slowfoodbrasil.org/arca_do_gosto/acucar-purgado).



Figura 2. Morro do Cavalete às margens do Rio São Francisco (Disponível em <https://www.historiadealagoas.com.br/pao-de-acucar-o-espelho-da-lua-sertanejo.html>).

Os litotopônimos apresentaram quatro ocorrências, quais sejam Inhapi, Maceió, Ouro Branco e Penedo que fazem referência à origem mineral das terras alagoanas e descrevem singularidades do solo preservadas na toponímia contemporânea de Alagoas. Tais alusões ocorrem de forma objetiva (por exemplo, Penedo) ou metafórica (por exemplo, Ouro Branco).

O nome tupi *inhapi*, constituído pela composição tupi *inha* ‘pedra’ e *pi* ‘água’ (Mendonça et al., 2012), seria uma alusão ao fato do território da localidade ser cheio de enormes pedras e muitas delas guardarem água da chuva em sua saliência. De acordo com a tradição local, quando o município ainda não era povoado existia um lajedo (no sentido de lugar de pedras), na Lagoa Inhapi, este lajedo era cheio de locais que, quando chovia, juntavam água pluvial. Assim, o lugar ficou conhecido, literalmente, como buraco na pedra.

O nome Maceió, do tupi *maçayó* ou *maçaió-k* ‘o que tapa o alagadiço’ (Mendonça et al., 2012), faz referência à constituição do solo alagadiço, onde se localizava o Engenho *Maçaió-k* e do Riacho *Maçayó*, no século XVIII, que deram origem ao povoado que, posteriormente, se tornou no município de Maceió.

Em observância à origem linguística, destaca-se que os nomes *inhapi* e Maceió, relativos aos minerais e à constituição do solo, atesta a presença linguística indígena-tupi na toponímia alagoana como vocábulos fossilizados, evidenciando uma tendência da toponímia brasileira.

Esse traço característico da toponímia local e nacional, nas palavras de Dick (1992, p. 120), é explicado em razão de o acervo lexical tupi

[...] Como reflexo de uma sociedade de economia mista, deixou uma gama variada de contribuição linguística ao português, que preservou, nos vocábulos fossilizados, as características de uma realidade ambiental diversificada ou de múltiplos domínios de experiência. Se muitos desses designativos, hoje, escapam ao linguajar corrente do brasileiro, impulsionado, constantemente, pela dinâmica da língua, outro tanto não ocorre na toponímia, que se vale deles como uma fonte contínua de motivação, mantendo, assim, vivas, as tradições culturais indígenas (Dick, 1992, p. 120).

O nome Ouro Branco faz referência, por associação semântica, a riqueza da cultura do algodão em Alagoas, metaforicamente, traduzida pelo sujeito-nomeador na brancura das imensas plantações de algodão da região, que era considerado, em sentido figurado, o ouro branco alagoano.

O nome de Penedo, do lat. XIII *pīnna -ae* ‘rocha, rochedo’ (Cunha, 2010), faz referência à grande massa de rocha saliente sobre a qual o município se assenta.

Os zootopônimos apresentaram uma produtividade intermediária com seis ocorrências na macrotoponímia investigada, correspondendo a 11.3%. Nesses casos, percebeu-se que o sujeito-nomeador faz

alusão aos aspectos da fauna da região na qual o município está circunscrito, materializada na representação simbólica existente entre léxico, o homem e o meio ambiente por meio de macrotopônimos relativos a animais domésticos e silvestre, que fazem parte do cotidiano local, descrevendo as atividades de pecuária (carneiros), de pesca (jacaré, jundiá e piranhas) e da fauna de insetos (maribondo, satuba).

No grupo dos topônimos relativos à fauna geral de índole animal, os nomes relativos à atividade de pesca apresentaram procedência indígena: jacaré do tup. XX *iaka're* 'lagarto dagoa=iacare' (Cunha, 1978); jundiá do tup. *yundi-á* ou *nhandiá* 'denominação genérica dada pelos índios ao bagre' (Tibiriçá, 1997); piranhas do tup. 1587 *pi'rãia* < *pi'ra* + *'ãia* 'dente, nome comum a vários peixes da família dos caracídeos, extremamente ferozes' (Cunha, 1978; 2010). Esses nomes já estão integrados ao léxico do português brasileiro e, provavelmente, na época do batismo do município, eles já não se configuravam como nomes transparentes, para a maioria da população, constituindo, portanto, fósseis linguísticos.

Os nomes relativos a insetos apresentaram procedência indígena e africana: maribondo do afr. quimb. *mari'mono*, > 1813 maribondo 'nome comum a diversas espécies de vespas' (Cunha, 2010), satuba do tup. *yssá-tyba* 'abundância de içás' (Tibiriçá, 1997), uma espécie de formiga – (saúva). Porém, a procedência africana na designação de municípios alagoanos se revelou pouco produtiva na sincronia atual, ratificando uma tendência na toponímia nacional.

Ainda recorrendo aos dados apresentados na Tabela 2, dentro do universo dos 54 nomes de motivações de natureza física, os referenciais fitológicos e hidrológicos se revelaram os mais produtivos na prática denominativa municipal alagoana, ambos com 18 ocorrências, correspondendo a 33.3%. Logo, constituindo-se, como as taxes majoritárias nesse complexo toponímico, apresentando um número expressivo de registros quando comparadas às outras taxionômicas de natureza física.

No âmbito dos fitotopônimos, evidenciou-se a intencionalidade, que anima o sujeito-nomeador, associada à descrição de espécies de árvores ou de frutos comuns na região em que o município está alocado em sua individualidade: *arapiraca*, *jaramataia*, *murici* etc. ou nomes alusivos à diversidade da vegetação geral da região, fazendo menção a diferentes espécies de plantas locais em sua coletividade: palmeiras, campestre, *viçosa* etc., materializando no léxico toponímico, traços das especificidades naturais da vegetação do estado.

Nessa direção, identificou-se, em língua indígena, a valoração de frutos (por exemplo *Coité do Noia*)⁴, folhas (por exemplo *Pindoba*)⁵ e árvores regionais (por exemplo *Murici*)⁶ como referenciais dessas localidades, não apenas descrevendo-o de forma objetiva, mas traduzindo uma visão dos aborígenes e/ou de seus colonizadores em relação aos aspectos naturais de dadas áreas territoriais de Alagoas.

Vale sinalizar que esses topônimos de origem indígena já estão integrados ao português brasileiro e que, na época do batismo do município, eles já não se configuravam como nomes transparentes, em alguns casos, para a maioria da população, constituindo, portanto, fósseis linguísticos, servindo como heranças vivas que mantêm vestígios de antigas culturas locais.

No grupo dos nomes relativos ao elemento água e acidentes hidrográficos em geral, evidenciou-se uma tendência para o emprego dessas denominações em território alagoano, demonstrando a valoração da hidrografia local como motivação toponímica. E, em função disso, observou-se que esses vínculos denominativos se realizaram em três esferas complementares em que o elemento água se sobressai, quais sejam: i. Nomes indígenas de rios que cortam o território alagoano, *Coruripe*; ii. A paisagem das regiões de beira-mar das lagoas e praias alagoanas, *Japaratinga*; iii. O ânimo do sujeito-nomeador em relação ao recurso hídrico alagoano, *Água Branca*.

Neste contexto, ressalta-se que, de modo geral, a ocupação do homem em um dado território apresenta forte ligação com os cursos d'água, sendo, às vezes, os primeiros elementos do meio ambiente natural a serem batizados no nascedouro de um aglomerado humano, podendo até se toponimizar no próprio nome da localidade, como aconteceu, por exemplo, nos nomes dos municípios alagoanos: Poço das Trincheiras, Rio Largo, *Traipu* etc.

Sendo assim, percebeu-se que os hidrotopônimos identificados no *corpus* analisado, em geral, designam lugares alagoanos que se formaram, inicialmente, à margem de cursos d'água que cortam suas regiões e, em alguns casos, facilitavam a comunicação entre o litoral e o interior do Estado, principalmente pelo transporte em embarcações ou a partir de lagoas que ocupavam seus vales e regiões circundantes, viabilizando a vida social da localidade.

⁴ Coité é o fruto dos pés de coitizeiros, de origem tup. *cui-eté* 'cabaça usada como recipiente' (Tibiriçá, 1997). Diz a tradição, que o povo colhia esse fruto na propriedade da família dos Noia na região do agreste de Alagoas, popularizando assim a localidade com a denominação de Coité do Noia.

⁵ Sf. do tup. *pindá* 'folha da palmeira com a qual os índios faziam figas e anzóis; o coco da palmeira pindá' (Tibiriçá, 1997).

⁶ Sm. do tup. *muricy*, *morosi* 'planta pequena' (Tibiriçá, 1997).

Considerações finais

O acervo dos 54 nomes dos municípios de Alagoas analisados se configurou como uma macrotoponímia de regiões urbanizadas e rurais, sendo receptor e refletor de representações que traduzem traços e marcas do povo e do espaço alagoano, mediante as singularidades das paisagens naturais preservadas nesses topônimos de taxionomias de natureza física, desvelando assim, os enredos da formação e sedentarização do homem em terras alagoanas.

Neste particular, semanticamente, evidenciou-se que esses macrotopônimos podem nomear as unidades político-administrativas de duas maneiras, a saber: i. de modo descritivo – a partir de características objetivas mais relevantes do território alagoano, sobretudo sua hidrografia e sua vegetação (Rio Largo, Cajueiro etc.); ii. de modo subjetivo – a partir de associação metafórica a aspectos do processo histórico de formação do estado de Alagoas (Ouro Branco, Pão de Açúcar etc.).

Dentro do grupo dos nomes de categorias de natureza física analisado, observou-se que os referenciais hidrológicos e fitológicos se revelaram os mais produtivos na prática denominativa municipal alagoana. Com efeito, revelando a preferência do sujeito-nomeador por elementos naturais básicos do seu ambiente circundante, em especial os da vegetação e os do elemento água, confirmando, assim, tendências toponímicas já demonstradas em outros estudos sobre a toponímia brasileira.

Por fim, espera-se que este estudo toponímico de vertente lexicológica possa contribuir para posteriores pesquisas linguísticas sobre o léxico toponímico brasileiro, em seu recorte alagoano, colaborando para uma melhor compreensão da Língua Portuguesa do Brasil, em sua formação, sua estrutura e seu funcionamento.

Referências

- Ainiala, T., & Östman, J.-O. (2017). *Socio-onomastics: the pragmatics of names*. Amsterdam, NL: John Benjamins.
- Amaral, E. T. R., & Seide, M. S. (2020). *Nomes próprios de pessoa: introdução à antroponímia brasileira*. São Paulo, SP: Blucher.
- Carvalho, C. P. (2016). *Formação histórica de Alagoas* (4a ed.). Maceió, AL: Edufal.
- Chueca, P. R. (2010). Nombres en el Paisaje: la toponímia, fuente de conocimiento y aprecio del territorio. *Cuadernos Geográficos*, 46(1), 7-34. DOI: <https://doi.org/10.30827/cuadgeo.v46i0.629>
- Cunha, A. G. (1978). *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo, SP: Melhoramentos.
- Cunha, A. G. (2010). *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (4a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Lexikon.
- Dick, M. V. P. A. (1990). *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo, SP: Arquivo do Estado.
- Dick, M. V. P. A. (1992). *Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. São Paulo, SP: FFLCH/USP.
- Dick, M. V. P. A. (2006). Fundamentos teóricos da toponímia. Estudo de caso: o projeto ATEMIG - Atlas toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas toponímico do Brasil). In M. C. T. C. Seabra (Org.), *O léxico em estudo* (p. 91-118). Belo Horizonte, MG: UFMG.
- Dick, M. V. P. A. (2007). Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. *Trama*, 3(5), 141-155. DOI: <https://doi.org/10.48075/rt.v3i5.965>
- Fonseca, G. S. (1997). *La gente pasa, los nombres quedan. Introduccion en la toponímia*. Lima, PE: Lengua y Sociedad.
- Hough, C. (2016). *The Oxford handbook of names and naming*. Oxford, GB: Oxford Handbook.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2021). *Conheça cidades e estados do Brasil*. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/>
- Isquerdo, A. N. (2008). O nome do município. Um estudo etnolinguístico e sócio-histórico na toponímia sul-mato-grossense. *Prolíngua*, 2(2), 34-52.
- Isquerdo, A. N. (2012). Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In A. N. Isquerdo, M. C. T. C. Seabra (Orgs.), *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia. Volume VI* (p. 115-139). Campo Grande, MS: UFMS.
- Melo, P. A. G. (2017). Léxico toponímico: nomes de motivações de natureza antropocultural na toponímia de Alagoas. *Revista de Estudos Acadêmicos de Letras*, 10(1), 45-62. DOI: <https://doi.org/10.30681/real.v10i1.1796>

- Mendonça, C. A. P. et al. (2012). *Enciclopédia municípios de Alagoas* (3a ed.). Maceió, AL: Arnon de Mello.
- Salazar-Quijada, A. (1985). *La toponímia en Venezuela*. Caracas, VE: Universidad Central de Venezuela.
- Tibiriçá, L. C. (1997). *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi: significado dos nomes geográficos de origem tupi* (2a ed.). São Paulo, SP: Traço.